

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Setor Nacional de Saúde

Organização:

Coletivo Nacional de Saúde: Elias Araujo, Salete Carollo, Maria Alzira Lima De Oliveira, Eva Maria Dal'Chiavon, Antonio Joaquim Ferreira Maia, Marlice Morás.

Desenhos:

Maria Angela D. Zaccarini

Editoração e Impressão:

Gráfica e Editora Peres

Expediente:

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

Alameda Barão de Limeira, 1232 - Campos Elíseos

Cep 01202-002 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (0xx11) 3337-3959 / 3361-3866

E-mail: anca@cidadanet.org.br

São Paulo, junho de 2000

2ª Edição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
1 - LUTAR POR SAÚDE É LUTAR PELA VIDA.....	05
2 - O QUE É O SUS.....	06
3 - O QUE SIGNIFICA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS?	06
4 - PRINCÍPIOS DO SUS	07
5 - CONTROLE SOCIAL NO SUS: COMO EXERCER	09
6 - COMO ESTÃO COMPOSTOS OS CONSELHOS DE SAÚDE?	09
7 - DIFERENÇA ENTRE A LEI E A REALIDADE	10
8 - O QUE FAZER PARA GARANTIR NOSSOS DIREITOS NA PRÁTICA..11	
9 - PRINCÍPIOS DA SAÚDE NO MST (em debate)	12
10 - SEM SAÚDE NÃO HÁ REFORMA AGRÁRIA	14

APRESENTAÇÃO

Companheiras e Companheiros que abrem este caderno para ler sobre a luta por saúde.

É com muita alegria que o Setor de Saúde apresenta o primeiro material de formação e informação para todos os integrantes do MST.

O MST, há tempos desenvolve ações de saúde nos acampamentos e assentamentos através dos agentes comunitários de saúde. E em alguns Estados participa dos Conselhos de Saúde.

No ano de 1998 o MST deu passos importantes na organização da saúde. Foi realizada uma Oficina Nacional, em Brasília, com a participação de representantes de 23 Estados do Brasil. Definimos os princípios que devemos levar em conta na nossa luta pela saúde, que devem estar ligados à educação, produção, lazer, moradia e também à luta pela terra. Esses direitos são fundamentais para que todos tenham condições dignas de vida e bem estar.

Como primeira discussão, este material traz elementos para que possamos entender quais as formas de garantir nosso direito de assistência à saúde. E trata das conquistas já garantidas na Lei, mas que ainda não estão garantidas na prática. Cabe a nós, junto com outras organizações, lutarmos para garantir o que é direito do povo: um atendimento à decente saúde, com qualidade, onde a VIDA HUMANA tenha valor.

É um caderno apresentado de forma bem simples para que todos o utilizem nas discussões com toda a companheirada.

Como segunda discussão, apresentamos os Princípios elaborados na Oficina Nacional, que se encontram em debate, acompanhados da contribuição do companheiro Bogo. É também subsídio para nossas discussões e enriquece a construção do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Coletivo Nacional de Saúde

1 - LUTAR POR SAÚDE É LUTAR PELA VIDA

Sabemos que para garantir a nossa saúde é preciso muito mais que assistência médica e hospitalar. É preciso garantir condições para que a gente não fique doente, pois só temos saúde quando temos uma vida digna

É possível ter saúde quando não temos terra para plantar? Quando nossos filhos não estão na escola? Quando não há estradas decentes, não tem luz, água potável, comida? O Presidente Fernando Henrique através do projeto neoliberal está deixando o povo brasileiro sem condições de ter uma vida digna.

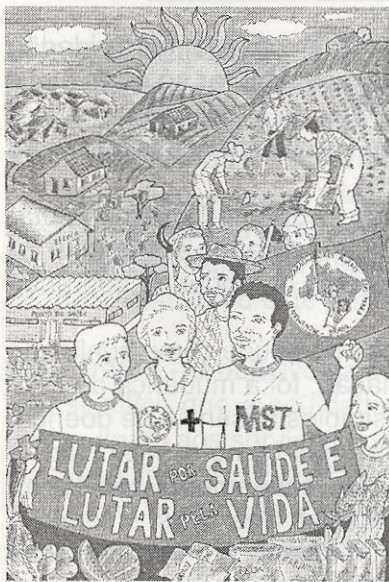
Por isso, precisamos de muita organização para lutar contra este sistema neoliberal que gera doença e morte. As políticas que o governo Fernando Henrique Cardoso tem adotado, obedecendo à receita do Fundo Monetário Internacional, tem piorado as condições de vida de todos os trabalhadores. Isso acontece porque está aumentando a concentração de renda, isto é, a velha forma onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O desemprego, a concentração das terras, o incentivo ao consumo das coisas, etc. Enfim, esse sistema neoliberal quer transformar nossas vidas num grande mercado onde tudo precisa ser comprado e vendido, inclusive a saúde.

Dessa forma, o sistema de saúde que temos hoje, é resultado de uma política do governo que privilegia os serviços médicos privados, que estão preocupados com o lucro, e não com a necessidade da população. Sendo assim, quanto mais a população estiver doente, melhor para os donos de hospitais, pois é com a doença do povo que se tornam cada vez mais ricos.

Entendemos que para ter saúde é preciso que as condições de vida sejam garantidas: terra e trabalho; condições de moradia; educação de qualidade; alimentação saudável, sem venenos e conservantes; meio-ambiente limpo e conservado; lazer e bem-estar, etc.

Assim, lutar pela saúde, é resgatar os valores da solidariedade, da justiça, onde as pessoas sintam prazer pelo que fazem, pelo que são, e não pelo que tem, **é garantir uma vida saudável onde seja respeitado o direito de todos.**

Por isso, temos que conhecer bem as Leis da Saúde para cobrarmos nossos direitos.



2 - O QUE É O SUS

Durante anos o desafio de construir um sistema de atenção à saúde que fosse público, de qualidade e organizado em nível nacional, uniu trabalhadores de saúde e organizações populares, partidos políticos e sindicatos, na elaboração de uma proposta que garantisse o acesso a serviços de saúde, assegurando a proteção, promoção e recuperação da saúde da população.

Toda essa batalha teve seu ponto culminante na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, com a participação de mais de 5.000 representantes escolhidos em Conferências Estaduais e onde foi apresentada e aprovada a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS). As deliberações da 8ª Conferência foram incorporadas na Constituição Federal de 1988, definindo no artigo 196 que: "Saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação", ou seja, prevenir e curar as doenças. Em 1990 foram feitas outras duas leis, Lei Orgânica da Saúde 8080 e 8142.

Garantimos na Lei. Estava começando a luta para garantir na prática.

3 - MAS, O QUE SIGNIFICA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS?

Com essa lei o atendimento se tornou universal, ou seja, todo cidadão pode e deve ser atendido. Antes, como você deve se lembrar só eram atendidos no sistema quem tinha a carteira do INPS e do FUNRURAL. Quem estava desempregado há mais de um ano ou não tinha carteira assinada não era atendido, dependendo da caridade de alguns.

Com o SUS, muitos serviços que o Governo Federal e Governos Estaduais mantinham foram transferidos para o município, ficando sob gestão da prefeitura (descentralização), ou seja, mais próximos do poder de cobrança e fiscalização da população.

O SUS, como está na lei, incorpora a noção de saúde como qualidade de vida. Outro grande ganho, previsto na legislação, foi a mudança do conceito de saúde, definindo que a saúde não é a simples ausência de doença, que está condicionada e determinada a fatores tais como a habitação, a alimentação, a educação, a renda e o salário, ao saneamento básico, ao meio ambiente, ao transporte, ao lazer e ao acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. (artigo 3º da Lei 8080/90)

Assim, os governos devem desenvolver programas como vacinações, fiscalização de alimentos e de hospitais, saneamento do meio ambiente e das condições de trabalho e garantir a distribuição de medicamentos. A Secretaria Municipal de Saúde deve trabalhar junto com outras secretarias do município para fazer valer esses direitos de todos.

A descentralização possibilita a autonomia da administração municipal, o uso e redistribuição mais eficiente dos recursos, ou seja do dinheiro que vem para o município melhorar a organização dos serviços públicos, facilitando o Controle Social (participação da comunidade nas decisões da política de saúde) e ampliando os direitos sociais.



4 - PRINCÍPIOS DO SUS

Princípios doutrinários

UNIVERSALIDADE - Historicamente quem tinha direito a saúde no Brasil eram apenas os trabalhadores segurados do INPS e depois do INAMPS. Com o SUS isso é diferente, a saúde passa a ser um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado, nos três níveis, assegurar esse direito. Nesse sentido, o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, renda, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. O SUS foi criado com a responsabilidade de tornar realidade este princípio.

EQUIDADE - O objetivo da equidade é diminuir as desigualdades. Mas, isso não significa que a equidade seja sinônimo de igualdade. Apesar de todos terem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades diferentes. Equidade significa tratar de forma diferente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior. Para isso, a rede de serviços deve estar atenta às necessidades reais da população a ser atendida. A equidade é um princípio de justiça social.

INTEGRALIDADE - O princípio da integralidade significa considerar a pessoa como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e reabilitação e que os serviços de saúde devem estar organizados de modo a oferecer todas as ações necessárias sobre o ambiente e sobre o indivíduo. Ao mesmo tempo, o princípio da integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, como forma de assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Princípios organizativos

REGIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO - A Regionalização e a Hierarquização significam que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, em uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da clientela a ser atendida.

DESCENTRALIZAÇÃO - Descentralizar é redistribuir poder e responsabilidades. Os serviços, as ações e os recursos devem ser administrados prioritariamente pelos Municípios (Municipalização) e pelos Estados, ficando ao nível Federal a normatização, a regulamentação e a intervenção só em casos que envolvam o país todo.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE (CONTROLE SOCIAL) - Assegurar a participação da sociedade na definição, no controle e na fiscalização da execução da política de saúde. Essa participação formalmente se dará através dos Conselhos de Saúde e das Conferências.

COMPLEMENTARIEDADE DO SETOR PRIVADO - No caso do setor público se mostre incapaz de oferecer serviços para atender a demanda, contrata-se serviços privados, priorizando os não lucrativos ou filantrópicos. Para a contratação de serviços os gestores devem proceder licitação.

5 - CONTROLE SOCIAL NO SUS: COMO EXERCER

Como já afirmamos, o controle social, de acordo com a Lei Federal de número 8.142, pode ser exercido através dos Conselhos de Saúde ou das Conferências de Saúde. Mas, o que significa isso?

CONFERÊNCIAS DE SAÚDE - a conferência se reunirá a cada 4 anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes (Federal, Estadual ou Municipal), sendo convocada pelo Poder Executivo ou extraordinariamente, pelo Legislativo ou Conselho de Saúde. Sua função principal é a **definição de diretrizes gerais da política de saúde**, podendo compreender outros temas como a conjuntura local, estadual ou nacional, prestação de contas do poder público no campo da saúde, avaliação da situação sanitária da região, problemas relativos a determinados segmentos como mulher, criança, idoso etc. As conferências municipais devem ser anuais, as estaduais de dois em dois anos e a nacional de quatro em quatro, ou extraordinariamente quando necessário.

CONSELHO DE SAÚDE - o Conselho de saúde é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo. Por isso, deve tomar decisões regularmente, acompanhando a execução da política de saúde e propondo correções e aperfeiçoamentos em seus rumos. Assim, é **papel do conselho atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, incluídos os aspectos econômicos e financeiros.**

6 - COMO ESTÃO COMPOSTOS OS CONSELHOS DE SAÚDE?

A composição do conselho está definida em lei e garante a representação dos seguintes segmentos:

GOVERNO - os representantes do governo são aqueles de órgão ou entidades da Administração Pública (Poder Executivo).

PRESTADORES DE SERVIÇOS - são os representantes das entidades que prestam serviço no setor saúde.

TRABALHADORES DA SAÚDE - são todas aquelas pessoas que trabalham no setor saúde, enfermeiros, bioquímicos, etc.

USUÁRIOS - são todos nós que utilizamos os serviços de saúde.

A Lei define a paridade dos usuários em relação aos demais segmentos, ficando da seguinte maneira a composição do conselho: 50% será de representantes dos usuários, os outros 50% serão distribuídos entre ao demais representações: 25% representante dos trabalhadores da



saúde e 25% representando o setor público e privado. Os conselheiros representantes dos usuários devem ser indicados pelas entidades ou movimento a que pertencem, mediante ampla discussão interna ou com outras entidades e movimentos afins quanto há concorrência para ocupação das vagas.

7 - DIFERENÇA ENTRE A LEI E A REALIDADE

Existem centenas de conselhos formados, mas na prática poucos funcionam de fato. Conhecemos vários problemas, vejamos:

- prefeito controla o conselho pois é ele quem indica seus membros;
- desrespeito quanto a composição do conselho, os representantes dos usuários são em menor número em relação aos outros setores;
- conselhos que não decidem, quem toma a decisão é o secretário de saúde ou o prefeito sozinho;
- conselhos que só existem no papel;
- os representantes da população (usuários), não informam nem mobilizam a base para garantir a aprovação de medidas que assegurem um bom atendimento à população.

Existem muitas forças contrárias ao Sistema Único de Saúde. Os principais inimigos são as empresas de saúde que lucram com a doença da população, e o governo neoliberal que quer transformar nossas vidas em mercadorias, onde tudo é comprado e vendido, inclusive a saúde.

Os conselhos de saúde têm grande importância pois são eles quem definem a política de saúde do município, do estado ou do país, por isso mesmo é que há um grande interesse para que os conselhos não funcionem, pois os administradores têm medo de perder o poder.

Durante muito tempo os movimentos sociais lutaram para que o SUS com o efetivo controle da população fosse colocado na lei, porém se nós não nos organizarmos o SUS não passará de letra morta.



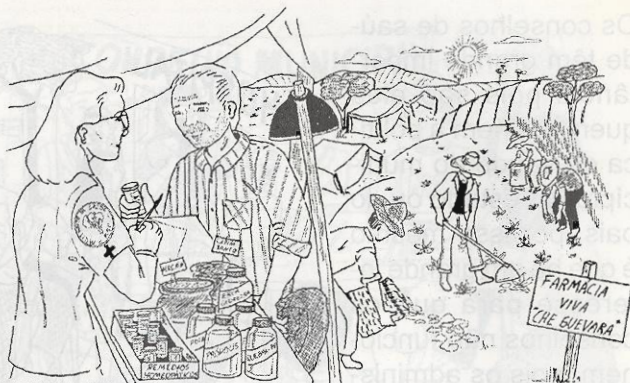
8 - O QUE FAZER PARA GARANTIR NOSSOS DIREITOS NA PRÁTICA

Enquanto o povo trabalhador que precisa do atendimento à saúde não se organizar não vai mudar essa situação. Nós do MST, sabemos que tudo o que conseguimos foi na base de muita luta. Com o atendimento à saúde não será diferente. O grande remédio continua sendo o mesmo: **CONHECER, ORGANIZAR E MOBILIZAR.**

Primeiro é preciso conhecer bem os problemas da saúde da companheirada. Conhecer os problemas é o primeiro passo para organizar a solução deles. Estudar nos núcleos de base os direitos garantidos na Lei do SUS. Quem não conhece não sabe como enfrentar.



Procurar saber se existe Conselho Municipal de Saúde e quem são seus integrantes. Identificar quem são os representantes das organizações populares (representantes dos usuários). Discutir com eles formas de pressão conjunta para garantir o atendimento à saúde.



Por fim, precisamos assumir, cada um de nós, a responsabilidade da participação na luta por uma vida digna. Não podemos descansar enquanto tiver um trabalhador abandonado, sem atendimento. Não precisa ser médico para resolver os problemas de saúde do nosso povo, pois como afirmou Che Guevara "para escutar o coração do povo não precisa ser médico, basta ter coração".

9 - PRINCÍPIOS DA SAÚDE NO MST

(em debate)

1. Luta pela valorização da vida

Lutar pela valorização da vida de todo ser humano, buscando a solidariedade e a justiça como instrumentos fundamentais para o seu alcance.

2. Acesso ao conhecimento e à informação

Lutar para que homens e mulheres, em todas as fases de suas vidas, tenham acesso a conhecimentos e informações que contribuam para uma vida com saúde.

3. Saúde como dever do Estado

Lutar para que o Estado assuma a responsabilidade que lhe cabe no cumprimento do artigo 196 da Constituição Brasileira, garantindo o acesso à saúde para todo cidadão brasileiro.

4. Atenção integral à saúde

Defender o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde - SUS, no atendimento das necessidades de homens e mulheres em todas as fases da vida.

5. Prioridade à promoção e à prevenção

Priorizar a promoção e a prevenção para a saúde, como estratégias fundamentais, na busca de melhores condições de Saúde.

6. Respeito às diferenças culturais

Respeitar os diferentes valores culturais que homens e mulheres em todas as fases da vida trazem consigo, os quais são importantes para promover a Saúde.

7. Fortalecimento das práticas não convencionais em saúde

Fortalecer práticas alternativas em saúde, de fácil utilização para a promoção, não ignorando, quando for necessário, a medicina convencional.

8. Saúde como uma conquista de luta popular

Promover a organização social de homens e mulheres, desencadeando processos de luta popular, tendo por objetivo a conquista da Saúde como direito de fato, e não apenas um benefício do Estado.

Os princípios acima, são frutos da reflexão e debate da primeira Oficina Nacional de Saúde do MST, realizada em julho/98, em Brasília. É tarefa de todos nós conhecê-los e aprofundá-los, contribuindo assim para a definição e aplicação dos mesmos em nossa prática diária. As propostas de mudanças, acréscimos e observações, deverão ser encaminhados para o Coletivo Nacional de Saúde do MST.

10 - SEM SAÚDE NÃO HÁ REFORMA AGRÁRIA

Que relação tem a saúde com a reforma agrária? A resposta para esta pergunta é muito simples; com um povo doente e enfraquecido jamais chegaremos à verdadeira reforma agrária.

De nada valeria lutarmos tanto e chegarmos a um dia à vitória de vermos a terra livre mas nosso povo escravo das doenças, vícios, venenos, agrotóxicos e outras deformações que diminuem a dignidade do ser humano.

Três questões se colocam para nós, na linha dos valores básicos, para alcançarmos através da política da saúde e garantirmos maior qualidade à luta pela reforma agrária.

1º - Elevar o nível de **sabedoria** de nosso povo.

A sabedoria em todos os tempos na história da humanidade foi um valor fundamental, foi através dela que nossos antepassados buscaram construir a sociedade e organizar a convivência entre as pessoas.

A classe dominante, além de se apropriar das riquezas, também se apropriou do saber e obscureceu a ignorância com a palavra "humilde" como valor, para identificar uma pessoa pobre e analfabeta. É só prestar atenção quando querem descrever a origem de uma pessoa pobre, dizem que ela é de "origem humilde". Ora, humildade nada tem a ver com origem, nem com quantidade de bens que a pessoa possui. Na verdade, eles querem dizer que esta pessoa não tem nada, apenas o corpo, sem sabedoria.

A primeira grande tarefa de nossa área de saúde é desenvolver em nossos camponeses a **sabedoria** sobre a vida humana como valor fundamental. Conhecer primeiro o corpo humano desde a sua fecundação, gestação e evolução física, psicológica e ocupacional.

Assim saberemos como tratar uma mãe que está gerando um nova pessoa, quais os cuidados que devemos ter com ambos. Como funciona o corpo humano e os cuidados que devemos ter com ele. Como funciona a mente humana e como usar a força física nas diferentes fases da vida no trabalho para produzir a própria existência.

Ao conhecermos isto, facilmente entenderemos que a vida humana não se sustenta simplesmente por "enfiamos" alimentos pela boca, mas precisa também de cuidados, proteção, carinho, alegria, beleza, poesia e prazer. Muitas vezes sabemos mais como funciona o motor do trator do asstentamento e somos radicais no cumprimento do prazos de revisão e não sabemos como funciona a sexualidade do homem e da mulher.

Qualidade de vida não é apenas comer, dormir, trabalhar e ter saúde, isto porque o corpo humano não se compõe apenas de três partes, como nos ensinam, cabeça, tronco e membros. Temos coração, sentimentos, paixões, esperanças e sonhos. É esta sabedoria que devemos assimilar para prevenir e curar doenças.

Há um provérbio sertanejo que diz: “quem canta seus males espanta”. Significa que a tristeza, a raiva, a rudeza trazem doenças. A alegria demonstra sintonia entre as dimensões humanas individuais com a vida social.

Sabendo por que nascemos, por que vivemos e por que morremos e como tratar cada momento destes, é mais fácil cuidar da vida humana.

2º - Ouvir os segredos da terra e da natureza.

Os antigos sábios trabalhavam com enigmas. Quem conseguisse decifrá-los viveria e seria respeitado. Novamente a classe dominante se autorizou a decifrar e ensinar os enigmas aos pobres. Sabendo assim, quando uma terra está cansada de produzir alimentos ensinam que devemos jogar adubos químicos. Quando as plantas adoecem nos ensinam a jogar venenos. Quando é tempo de plantar nos ensinam a comprar sementes selecionadas e transformadas. Assim, o ser humano, em nome da produção, transforma paisagens, envenena e seca as águas dos rios, elimina espécies de plantas, insetos e animais silvestres. Desta forma o ser humano irá eliminando aos poucos a sua própria espécie.

Aprendemos errado que “o ser humano é o senhor da natureza” e por isso deixamos de ouvir, pois o “senhor” não ouve, determina. Somos apenas **coordenadores** do universo, por termos a capacidade de produzir nossos próprios meios de vida. O coordenador ouve e consulta, e não tem mais direitos que os outros tipos de vida.

Por pensarmos que somos “senhores” nos acostumamos a perguntar para pessoas o que sentem e onde sentem dores. Porque conseguimos ouvir seus gemidos. Como não aprendemos a ouvir os gemidos da terra e da natureza, esquecemos de perguntar e a destruimos, destruindo lentamente a possibilidade das futuras gerações humanas satisfazerem suas necessidades.

Não há como garantir melhor qualidade de vida humana, se não desenvolvermos formas de melhorar a qualidade de vida da terra e da natureza. Para isto, a primeira atitude que devemos ter é parar para ouvir, sempre que vamos tocar na terra e na natureza, para saber o que ela tem a nos dizer.

Às vezes não entendemos a linguagem da natureza porque formulamos a pergunta de forma errada e ela não decifra a nossa linguagem, porque só sabemos dialogar com a bomba de veneno ou a motosserra na mão, e não ouvimos seus gritos no leito da morte.

3º - Fazer da **solidariedade** um dever social.

Não estamos à procura, nesta caminhada, de apenas forjar a libertação apenas da terra, mas também da edificação de novos seres humanos, e isto é impossível sem o valor da solidariedade.

A solidariedade precisa renascer dentro de uma nova consciência humana pois ela não deve significar “colaboração”, mas partilha principalmente das soluções dos problemas que visam a conquista da dignidade humana.

Os ricos conseguem estabelecer um sistema de “solidariedade” através da política de colaboração, criando cooperativas que se transformam em planos de saúde onde os médicos ficam a sua disposição dia e noite, sem nunca terem que enfrentar filas.

Os pobres sabem o que significa a solidariedade quando nas horas de aperto alguém voluntariamente apresenta uma alternativa eficaz. Mas a solidariedade também é prevenir para evitar que ocorram tragédias, porque nossa obrigação, como seres humanos, é salvar vida e não chorar a morte.

Sendo assim, nas áreas de reforma agrária deve renascer a solidariedade com conteúdo próprio e se estender como o perfume das rosas sobre todas as comunidades próximas, onde as pessoas são vítimas de todas as formas de exploração e dominação ideológica.

Viver, portanto, se torna um dever social, onde uma vida deve estar a serviço da outra vida, para que ambas caminhem em busca da perfeição.

A solidariedade renasce sempre que descobrimos ou realizarmos algum invento e o colocarmos à disposição dos demais seres humanos, e não simplesmente buscar espaço no mercado para vendê-lo. Os pobres inventam a luta para viver melhor e ela sempre será a principal ferramenta para conquistar direitos e defender a vida.

A luta pela reforma agrária é também a luta para ter saúde e melhor qualidade de vida dentro de nossas comunidades. A de produzir não é maior que a de preservar, proteger, amar e se alegrar. A reforma agrária é uma luta de todos porque suas razões estão na conquista da dignidade e na construção da felicidade para toda a coletividade.

Ademar Bogo